

ACTA Nº 20

Aos **dezasseis** dias do mês de **Fevereiro** do ano de **dois mil e nove**, pelas 09h15, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do dia quatro do mesmo mês, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I–Período de “antes da ordem do dia”.
II–Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos:
<p>1º. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal; 2º. Contracção dum Empréstimo de 798.500 euros; 3º. Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal; 4º. Isenção do I.M.T.; e, 5º. Eleição dos Substitutos dos Representantes da Assembleia Municipal de Valença na Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho.</p>
III – Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, constatada a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos com a já habitual saudação protocolar.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas dos Deputados Sr. Luís Amorim e Dra. Maria João Gonçalves, face ao, a propósito, por aqueles aduzido em escrito, entregue pelo Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista no Secretariado de Apoio, operando-se as suas substituições pelos Sr. Tomás Coelho e Prof. Álvaro Queirós, respectivamente.

Deu nota da ausência da Deputada Dra. Dora Ferreira.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, fez menção que, encontrando-se ora o Secretariado de Apoio devidamente reestruturado e apetrechado de meios técnicos e tecnológicos capazes, o processar da documentação e comunicações, por e-mail, passaria a ser o meio preferencial de contacto e de convocação de sessões.

A **Primeira Secretária, Dra. Anabela Rodrigues**, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido.

De seguida, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, pôs à **discussão a Acta nº 19**, não sem antes suscitar aditamento esclarecedor para inclusão, na página 10, imediatamente após o nome dos eleitos para a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto-Minho – o que foi unanimemente aceite e, assim, aí integrado.

Depois, deu a palavra ao **Deputado Sr. Armando Carvalho** que, no seu uso, veio:

1. Reclamar do facto de em nenhum ponto se poder inferir que foi imputada a responsabilidade ao Partido Socialista, na pessoa do Presidente, Dr. José Luís Serra, pelo desfecho do caso Rodman;
2. Afirmar que na sessão anterior foi dito por si - e por outras pessoas - que o assunto Rodman foi preponderante para a vitória do Partido Socialista nas eleições de 2005;
3. Aduzir que estes cortes lhe começam a parecer censura; e,
4. Solicitar menção de que a CDU afirmou que o PS ganhou as eleições à custa da propaganda Rodman.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, fez, então, a leitura de alguns parágrafos daquela acta para concluir que, no seu âmago, essa notação estava presente e devidamente retratada.

Acrescentou, usando as palavras do Sr. Deputado interveniente, tratar-se de “pormenor”, salientando que uma acta é uma súmula dos assuntos mais relevantes. No entanto, convidou-o a fazer chegar à Mesa frase para inclusão, a propósito.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** acabou por tal dispensar, solicitando se fizesse referência expressa na redacção da acta desta sessão.

Procedeu-se, então, à votação e num universo de 37 votantes, registaram-se 1 voto contra, (Sr. Armando Carvalho) 0 abstenções e 36 votos a favor. **Aprovada por Maioria a Acta n.º 19.**

Seguiu-se o momento destinado à apresentação de propostas, moções, recomendações e emissão de votos.

À Mesa chegaram:

A) Proposta provinda do Grupo Municipal “Unidos pelas Freguesias”, do seguinte teor:

“Face ao contexto actual, a degradação económica crescente, a crise de desemprego avassaladora no nosso país e à qual o nosso concelho não está alheio, vem o Grupo Municipal “Unidos pelas Freguesias”, apresentar a seguinte proposta:

1. Que a Câmara Municipal reduza ou elimine as verbas que foram aprovadas para o Orçamento de 2009, no que diz respeito a:

a) *Eventos: Toca a Rufar 25.000 €; Invasões Francesas 200.000 €; Sai Prá Rua 200.000 €; Expominho 175.000 €; Evento Musical na Fortaleza 85.000 €; Festas do Concelho ???? € e Passeio Sénior 80.000 €.*

b) *A realizar-se o passeio sénior, que este seja mais comedido e reduzido, sugerindo que o mesmo, face à conjuntura actual, seja realizado pelas Juntas de Freguesia, participando a Câmara Municipal, apenas na cedência do autocarro.*

2. *Que seja constituída uma equipa de trabalho e análise formada por um elemento de cada Grupo Municipal, para estudar caso a caso com o Presidente de Junta respectivo, o auxílio a prestar em caso de ajuda a pessoas necessitadas no nosso concelho no que diz respeito principalmente a participações em: Alimentação e Saúde.*

3. *Dinamização do Comércio Local dando a conhecer mais amplamente a nossa fortaleza, bem como as potencialidades comerciais e turísticas, através de publicidade na TV Galiza e Imprensa Galega.*

4. *Que as ajudas referenciadas sejam retiradas das verbas enunciadas no ponto nº 1, aprovadas para eventos”.*

B) Moção apresentada pelo Deputado Sr. Armando Carvalho, do seguinte teor:

“A Assembleia Municipal de Valença, reunida em sessão ordinária a 16 de Fevereiro de 2009, solicita ao IGESPAR que a Ponte Românica sobre o Rio Manco, situada no lugar do Senhor dos Aflitos, Freguesia de Friestas, seja classificada como Monumento protegido, de acordo com o interesse que a tutela venha a designar como mais adequado ao seu contexto arquitectónico, histórico, paisagístico, funcional ou outro”.

C) Com a mesma proveniência, a Proposta de Recomendação, que segue:

“O despedimento da esmagadora maioria dos trabalhadores afectos à empresa Rodman, sob o pretexto da crise económica, lesa o pessoal directamente envolvido, suas famílias, mas também a freguesia de Gandra e o Concelho de Valença.

O processo de instalação da Empresa Rodman no Parque Empresarial de Valença foi fortemente apoiado, quer ao nível local, através de isenções de taxas, despesas de licenciamento, e facilidades de implantação, quer ao nível central através de apoios à contratação pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e apoios ao nível da Agência Portuguesa de Investimento (API).

As contrapartidas esperadas consistiam na garantia de centenas de postos de trabalho duradouros, entre directos e indirectos, e na contribuição para o desenvolvimento da freguesia por meio de uma creche e um centro de empresas que nunca chegaram a ser sequer iniciados.

A empresa Rodman visa, notoriamente, defraudar as expectativas dos seus trabalhadores, do Município e outras entidades credoras dos apoios de que beneficiou, ao manter um número residual de funcionários que, no seu entendimento, poderá afastar qualquer procedimento judicial à conta da figura de despedimento colectivo ou “Lay Off”.

Este tipo de atitude, a não ser eficazmente combatida, já e agora, pela Câmara Municipal – recorrendo aos meios e fundamentos que lhe competem e de que dispõe – abrirá certamente um perigoso precedente para outras empresas sedeadas nas mesmas circunstâncias no Concelho e na região, o que conduzirá a um desastre social sem paralelo.

Torna-se assim urgente o desencadear imediato de acções legais de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário municipal pelo incumprimento da prestação das contrapartidas contratualizadas por parte da Rodman, e consequente medida de apoio directo aos trabalhadores lesados e/ou respectivos agregados familiares através de um fundo financeiro expressamente constituído para o efeito.

Nesta conformidade, a CDU – Coligação Democrática Unitária PCP/PEV – apela aos Deputados Municipais em exercício na Assembleia Municipal Ordinária reunida a 16 de Fevereiro de 2009 no Auditório da Câmara Municipal, que votem favoravelmente a presente Proposta de Recomendação”.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, informou que se iria passar à discussão e votação da **Proposta** apresentada pelo Grupo Municipal “Unidos pelas Freguesias”.

Inscreveram-se e usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Manuel Lopes** para:

1. Dizer que é no actual contexto de crise que surge esta proposta, para reduzir ou mesmo eliminar alguns dos eventos, estando-se a falar em cerca de um milhão de euros;
2. Considerar que o grupo de trabalho deverá ser constituído por um elemento de cada Grupo Municipal bem como os Presidentes de Junta, que melhor conhecem a realidade na freguesia, evitando-se desta forma a descoordenação na distribuição de apoios, baseada simplesmente na declaração de IRS;
3. Acrescentar que estes esforços devem ser canalizados para duas das áreas mais dramáticas onde já se registam necessidades: alimentação e saúde; e,
4. Sugerir a dinamização da vila, no sentido de a dar a conhecer ao exterior, nomeadamente aos que estão mais perto e que nos podem visitar com mais frequência.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que a CDU, de uma forma geral, concorda com alguns pontos da Proposta, nomeadamente na contenção de algumas despesas não devidamente esclarecidas;
2. Manifestar discordância quanto à possibilidade dos Apoios Sociais para a alimentação e saúde poderem vir a ser concentrados nos Presidentes de Junta, por existirem outros apoios para tais

áreas;

3. *Idem*, relativamente à dinamização do comércio local, por demonstrar uma total ausência de planificação; e,
4. *Idem*, no que concerne à constituição do grupo de trabalho - porque a CDU não tem Grupo Municipal e foi afastada das reuniões da Comissão Permanente.

A Deputada Dra. Inês Ferreira para:

1. Dizer que segundo as últimas notícias o crescimento do PIB, no último trimestre, foi de 0% e que os mais prejudicados são os jovens e os idosos;
2. Acrescentar que o Grupo Municipal do PSD subscreve a proposta, apesar de saber correr-se o risco dos Presidentes de Junta, em período de campanha eleitoral, poderem cair na tentação de utilizar este meio para fazerem alguns “favores” e poderem tirar daí dividendos eleitoralistas;
3. Dizer acreditar não se cair nesta tentação e, no caso desta ser aprovada, tentarão conhecer a realidade social da sua freguesia e não dar tributos a quem não precisa; e,
4. Recordar ao Sr. Presidente da Câmara um dos slogans do seu manifesto eleitoral “uma Valença de futuro sempre solidária com os mais desfavorecidos” - pensando que neste momento se poderão encontrar soluções conjunturais para problemas que não são conjunturais.

O Deputado Sr. Salustiano Faria para:

1. Dizer que deve haver mais seriedade política na apresentação de propostas;
2. Estabelecer tratar-se de documento próprio de quem dá início à campanha eleitoral; e,
3. Considerar a possibilidade de fazer-se alguma redução em termos de verba a despender com animação, mas ter por má opção terminar com a mesma, assim como a sugestão da divulgação do comércio nos meios de comunicação galegos, por todo o povo galego bem conhecer Valença.

O Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Serra, para:

1. Lamentar o oportunismo na apresentação da proposta - e isto porque o executivo já elaborou um Regulamento, que será analisado na próxima reunião da Câmara, visando apoiar os diversos estratos sociais com dificuldades;
2. Salientar já ter veiculado que, muito provavelmente, este ano não se realizaria a Expominho - pelo que alguém deve ter ouvido, antecipando tal medida;
3. Chamar a atenção para a necessidade duma análise séria dos problemas – tendo que, neste sentido, o referido Regulamento é excelente; e,
4. Informar que os duzentos mil euros destinados à Expominho serão encaminhados para apoio social e se forem insuficientes serão reforçados.

Procedendo-se à votação, num universo de 33 votantes, verificaram-se os seguintes resultados: 19 votos contra, 2 abstenções (Sr. Armando Carvalho e Arqº Alberto Reis) e, 12 votos a favor. **Proposta Rejeitada.**

O Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira, comunicou que se iria passar à discussão e votação da **Moção**.

Inscreveram-se e usaram da palavra:

O Deputado Sr. Armando Carvalho para:

1. Esclarecer que a Moção é consequência da atitude tomada pelas Águas do Minho e Lima aquando da colocação das tubagens na Ponte do Rio Manco;
2. Informar que contactado o IGESPAR, acerca de quem tinha responsabilidade sobre a obra, respondeu que declinava qualquer responsabilidade uma vez que a ponte em questão não se encontrava classificada; e,
3. Apelar ao voto favorável do Plenário para sua classificação e para que futuramente se possam evitar estas barbaridades.

O Deputado Sr. Manuel Lopes para dizer lamentar não haver quem fiscalize o nosso património, dando conta dum outro caso de destruição verificado na Ponte do Caminho de Ferro, na actual Ecopista.

O Deputado Sr. João Amorim Dias para:

1. Dizer votar favoravelmente a Moção uma vez que é um forte defensor do Património Histórico;
2. Repudiar a construção de uma bombagem de saneamento paralela a uma Ponte Romana, no concelho; e,
3. Relembrar a necessidade de recuperar os Marcos Centenários que circundam a nossa Fortaleza, que, apesar de já ter alertado, até à data nada foi feito.

O Deputado Sr. Salustiano Faria para anuir a sua concordância com a Moção.

Procedendo-se à votação, num universo de 35 votantes registaram-se os seguintes resultados: 0 votos contra, 0 abstenções e 35 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**

O Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira, transmitiu que se iria passar à discussão e votação da **Proposta de Recomendação**.

Inscreveram-se e usaram da palavra:

O Deputado Sr. Armando Carvalho para:

1. Dizer que esta proposta seguia o espírito da apresentada pelo Sr. Manuel Lopes, mas

direccionada unicamente para os operários das empresas que se instalaram em Valença, à custa de apoios, e defraudaram as expectativas;

2. Elucidar que se reportava, em concreto, à Rodman e deveria ser seguida a política anunciada pelo Governo no sentido de se estar atento aos sinais exteriores de riqueza, o que aconteceu com a aquisição de algumas quintas no concelho e pode indiciar um enriquecimento fraudulento com dolo dos funcionários;
3. Sugerir que a Câmara fizesse valer os seus direitos na parte e com os meios que lhe compete, sendo estes mobilizados para apurar sobre este encerramento e se a autarquia tem ou não o direito a ser ressarcida; e,
4. Pedir que a Câmara dotasse um fundo próprio para valer aos funcionários despedidos, principalmente aqueles que não têm tempo suficiente de serviço para recorrerem ao fundo de desemprego.

O **Deputado Sr. Manuel Lopes** para:

1. Dizer que a Rodman não vai encerrar mas sim despedir os trabalhadores, deixando apenas nove espanhóis no escritório e isto para não perder os benefícios de que usufruiu; e,
2. Questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre quais, quantos e por quanto tempo é que está previsto a empresa continuar a ter benefícios.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para:

1. Referir ter visto na televisão os Presidentes das Câmaras de Valença e de Vila Nova de Cerveira a debaterem este assunto; e,
2. Refutar, dizendo estarem-se a discutir moções e propostas sem se saber quais as medidas que a Câmara está a tomar neste sentido; e,

O **Deputado Arqº Alberto Reis** para:

1. Considerar que Portugal está dividido em três grandes grupos: os grandes malandros, os pequenos malandros e os palermas, que no fundo, são os que andam a tentar segurar esta situação;
2. Lamentar o “encerramento” da Rodman e recordar que esta se instalou em Valença com alguns benefícios, entre os quais a alteração do loteamento - para que fosse buscar mais terreno de implantação e, conseqüentemente, mais benefícios - ficando muito aquém do preconizado; e,
3. Concluir que só não encerra porque não quer reembolsar os benefícios adquiridos bem como perder as instalações, o que se lhe percuta imoral.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Concordar com a proposta – destacando que a Câmara já está a tomar as devidas diligências;
2. Referir que certamente estão presentes na Assembleia pessoas que não faziam parte na altura em que a autarquia aprovou uma proposta, a pedido da então API, de parecer favorável a uma série de benefícios fiscais que estavam previstos na legislação e que a Assembleia Municipal se pronunciou favoravelmente;
3. Informar que no dia imediatamente seguinte à confirmação dos despedimentos foram formalmente pedidos esclarecimentos à empresa;
4. Sublinhar que após recepção de resposta esta será encaminhada para a AICEP, para proceder em conformidade;
5. Deixar bem claro que havendo matéria para que o município seja ressarcido, assim se procederá; e,
6. Dar nota que ia ter uma reunião com o Governador Civil, por si e pelo Presidente da Câmara de Cerveira promovida, para abordar, principalmente, a crise do sector automóvel, e conseqüente desemprego no concelho.

Procedendo-se à votação, num universo de 31 votantes, registaram-se os seguintes resultados: votos contra 1 (Dr. José António Nogueira – com declaração de voto), abstenções 5 (Sr. Salustiano Faria, Dra. Maria do Carmo Duarte, Sr. António Manuel Fernandes, Sr. Mário Manuel da Cruz e Sr. Manuel de Oliveira da Cunha) e 25 a favor. **Aprovada por Maioria** .

Declaração de Voto

“Acho a proposta demagógica, não no sentido de que não vise, em última análise, a defesa dos interesses dos trabalhadores e da própria Câmara Municipal, mas os termos em que está subscrita e a implícita e/ou explícita censura que faz à Câmara Municipal de Valença leva-me a rejeitar esta proposta”.

O **Deputado Sr. Rui Marrucho** questionou se poderia também emitir declaração de voto.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, reportando-se ao Regimento, indeferiu tal pedido, com o fundamento de apenas nos votos contra existir tal prerrogativa.

PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES POLÍTICAS E ÀS INTERPELAÇÕES AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Transmitir ao Sr. Presidente da Câmara que, apesar de não pertencer à Assembleia aquando do

pedido de parecer à API sobre os apoios a atribuir à Rodman, saber que o sentido de voto da CDU foi contra;

2. Manifestar estranheza quando o Presidente da Assembleia disse que viu na proposta uma censura ao Executivo;
3. Considerar que a Câmara demonstrou insensibilidade aquando da retirada da verba de complemento aos motoristas para lavagem das viaturas;
4. Dizer que esta quando não quer assumir responsabilidades na tomada de atitudes, a seu modo de ver, lesivas, pede parecer à ANMP, sublinhando que a mesma respondeu o que a Câmara pretendia ouvir - que era não ter que pagar este complemento, porque só está destinado a funcionários do poder central;
5. Questionar se os funcionários terão que devolver as verbas entretanto recebidas; se não receberem terão que proceder à limpeza das viaturas e, se eles não o fizerem, será que se perfila a entrega do serviço a uma empresa externa a quem a Câmara terá que pagar mais caro;
6. Acrescentar que se os motoristas tiverem que ressarcir a verba recebida se verificará uma contradição porque aquando do concurso de reclassificação dos Chefes de Serviço, tanto quanto se sabe, não se mencionou qualquer tentativa de ressarcir a Câmara dos valores indevidamente pagos;
7. Dar nota que também as horas extraordinárias do Piquete de Águas foram reduzidas para trinta horas anuais, mas a água quando falha não se compadece com horários; e,
8. Fazer um reparo dirigido à Câmara e à Junta de Cristelo-Côvo que tem a ver com o facto da zona de Vale de Regueifo não ter infraestruturas viárias, encontrando-se instalada uma unidade de acolhimento de jovens da APPACDM.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para, relativamente à dita Proposta de Recomendação, a mais evidenciar ser aquela supérflua, face ao já processado pelo executivo camarário.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para:

1. Referir que aquando das obras de remodelação da Escola de Arão, se alertou para a falta de um coberto, pelo que voltou a solicitar a solução do problema; e,
2. Sugerir, relativamente à emissão do Cartão do Idoso, que um funcionário da Câmara se deslocasse às Juntas de Freguesia para tratar do mesmo, dada a idade avançada e as dificuldades de mobilidade de alguns idosos.

O **Deputado Sr. Manuel Lopes** para:

1. Relembrar que desde o ano 2006 tem solicitado a reparação das paragens de autocarro na freguesia de Ganfei e nada foi feito;
2. Dizer que, este ano, como é ano de eleições, espera que o Sr. Presidente da Câmara esteja presente, ou se faça representar, nas cerimónias religiosas do Feriado Municipal, em Ganfei;
3. Sustentar que o saneamento continua uma miséria e no lugar de Vilar nem sequer foi contemplado;
4. Questionar para quando o saneamento no referido lugar; e,
5. Rememorar que o Sr. Presidente da Câmara, numa reunião da Assembleia, disse que nas obras dos pequenos ramais seriam auscultados os Presidentes de Junta – sendo que até ao momento não foi tido nem achado e foi por este motivo que se tiverem que fazer e desfazer as obras.

A **Deputada D. Isabel Andrês** para:

1. Recordar que o Sr. Presidente da Câmara lhe prometeu, há aproximadamente um ano, que iriam ser feitas obras nas casas dos Bairros de Passos e Bogim e, até à data, nada foi feito; e,
2. Assumir a sua quota-parte de responsabilidade, dado que já foi Presidente de Junta de Freguesia, pelo facto de Cerdal ainda não ter uma Casa Mortuária, questionando para quando.

O **Deputado Dr. José Veríssimo** para:

1. Perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se já fez uma avaliação das vantagens e desvantagens do traçado do TGV no concelho e se já tomou alguma posição definitiva sobre o assunto; e,
2. Referir que a RAVE garantiu ter feito reuniões com as autarquias abrangidas, designadamente com Valença, pelo que questionava sobre a existência e acerca dos seus resultados.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** para fazer um alerta ao Presidente da Câmara e aos Serviços responsáveis pela Comunicação dos Eventos, pelo facto do cartaz na Rotunda da Trapicheira e o convite para as cerimónias comemorativas do Feriado Municipal não estarem legíveis.

O **Deputado Sr. Manuel Temporão** para:

1. Questionar o Sr. Presidente da Câmara se o PDM o satisfaz nas suas linhas orientadoras;
2. Dizer que este não correspondeu às expectativas o que se pode concluir das inúmeras sugestões e reclamações apresentadas, incluindo as do PSD; e,
3. Perguntar que medidas estão a ser tomadas de forma a combater os índices de criminalidade que assolam Valença, associados também ao aumento da toxicod dependência.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para:

1. Dizer não ter entendido a intervenção do Deputado Sr. Armando Carvalho quanto aos funcionários da Câmara, dando a sensação que não são bem tratados pelo Sr. Presidente da

Câmara;

2. Questionar acerca do tipo de lavagem que fazem os motoristas às viaturas;
3. Felicitar a Deputada D. Isabel Andrês por ter assumido a sua responsabilidade pelo facto de, quando Presidente da Junta, não ter feito nada pela Capela Mortuária, considerando este acto como de seriedade política; e,
4. Afirmar, relativamente à intervenção do Deputado Sr. Manuel Lopes sobre o Feriado Municipal, que deixará decorrer os trabalhos para ver se a sua linha de coerência se mantém até ao final.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para, face às intervenções que se discriminam, em suma, dizer:

Deputado Sr. Armando Carvalho:

*Subsídio limpeza das viaturas – a ANMP disse que este subsídio não é legal e a sua obrigação é repor a legalidade.

Deputada D. Elisabete Viana:

1. Cobertura da Escola de Arão – confirma que a Câmara se comprometeu em resolver esta questão e espera vê-la solucionada brevemente; e,
2. Cartão do Idoso – provavelmente irá um funcionário da Câmara às Freguesias para tratar desta situação.

Deputado Sr. Manuel Lopes:

1. Feriado Municipal – em sete anos como Presidente da Câmara, faltou pela primeira vez no ano passado; terá todo o gosto em estar presente este ano, a não ser que este imponha um passaporte para entrar em Ganfei;
2. Saneamento – a não ser que seja sabotado, passará a funcionar a partir da próxima semana e o que falta fazer será feito conforme as possibilidades, atendendo ao equilíbrio com outras freguesias.

Deputada D. Isabel Andrês:

1. Bairros Sociais - corroborou o por esta proferido; só não foi feita a pintura porque se detectaram outros problemas e está a proceder-se a um levantamento rigoroso dos mesmos; e,
2. Capela Mortuária – o projecto arrancará em breve.

Deputado Dr. José Veríssimo:

*TGV – é um processo polémico em Valença; no entanto, na reunião em que se falou sobre os canais de travessia, deixou claro que se o traçado não fosse otimizado as consequências para o concelho seriam graves e contaria com a sua oposição; considerou o assunto demasiado sério para fazer “folclore”, transmitindo que na próxima sexta-feira teria uma reunião com o Presidente e Técnicos da RAVE e da Câmara e se a solução melhorar significativamente não terá nenhum problema em dar o apoio da autarquia - assim como o contrário, em caso de desfavorecimento.

Deputado Sr. Manuel Temporão:

1. P.D.M. - também não viu estratégia na participação do PSD nesta matéria; está pronta a análise das sugestões e, certamente, os contributos positivos serão aceites, assim como algumas reclamações que lhe pareceram pertinentes; e, destacar que o P.D.M. em Valença têm uma estratégia ajustada ao concelho e à região.
2. Índice de criminalidade – estando a aumentar, irá aproveitar a reunião no Governo Civil para solicitar uma outra, em Valença, com o Comando Distrital e Territorial para abordar esta questão, sendo que este problema tem a ver com causas sociais – desemprego e relações transfronteiriças.

O **Deputado Sr. Augusto Natal**, considerou-se visado pelo Deputado Sr. Armando Carvalho enquanto Presidente da Junta de Cristelo-Côvo, solicitando à Mesa o uso da palavra.

Uma vez que não se havia previamente inscrito, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, negando-lha, admitiu recurso para o Plenário.

Não se verificando oposição ao pretendido, deu-lhe então a palavra.

No seu uso, o **Deputado Sr. Augusto Natal** esclareceu o Deputado Sr. Armando Carvalho que as referidas ruas da Freguesia a que preside, não se encontram em terra batida, mas sim em “toudenant”, aguardando a passagem do saneamento para depois pavimentar.

Pelas 11h15, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, com a aquiescência da Assembleia, determinou uma pausa nos trabalhos.

Retomados às 11h.30, passou-se ao

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal – Anexo 1

Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Lembrar que ficou sem resposta a questão das horas extraordinárias do pessoal do Piquete de Águas e questionar se não haverá uma manobra de fragilização do Serviço de Águas e a sua

- possível adjudicação a uma empresa;
2. Insistir saber se a Câmara tenciona ou não pedir aos motoristas a devolução dos valores recebidos pelo subsídio de lavagem das viaturas;
 3. Dizer gostar de ser elucidado acerca da autoridade jurídica da ANMP para emitir parecer de que não é legal o pagamento deste complemento;
 4. Referir que no contencioso se nota o factor crise no pagamento das rendas das habitações sociais, nomeadamente em Bogim;
 5. Questionar o Sr. Presidente da Câmara se tencionava incluir os despejos - nomeadamente nos casos que incluem menores e idosos - no Regulamento de apoio às pessoas mais carenciadas; e,
 6. Fazer um reparo relativo ao pagamento das bolsas de estudo pagas pela Câmara Municipal – no passado ano foram pagas no final do ano lectivo e este ano continua com a mesma dinâmica, o que dificulta a vida aos estudantes.

O Deputado Sr. Manuel Lopes para:

1. Insistir na observação respeitante à informação escrita, concretamente ao processo nº 12, que, continua sem correcção fazendo referência ao “Bairro Social de Bogim – Cerdal - Friestas”;
2. Lembrar que não obteve resposta quanto à reparação das paragens de autocarro, o que vêm solicitando à Câmara, através de ofício, desde o ano 2006;
3. Dizer que a sua proposta não se trata de oportunismo político até porque as reuniões da Câmara são públicas, não havendo, portanto, fuga de informação;
4. Afirmar que o Sr. Presidente não precisa de “passaporte” para entrar na Freguesia de Ganfei;
5. Manifestar o seu descontentamento pelo facto do Sr. Presidente da Assembleia continuar a dar anuência a que o Deputado Sr. Salustiano Faria, em vez de se reportar ao que directamente diz respeito à Ordem de Trabalhos, venha questionar as intervenções dos demais Srs. Deputados; e,
6. Insistir acerca dos semáforos do “Merendola” e os passeios nessa zona, que dá acesso às Escolas.

O Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira, em resposta ao Deputado Sr. Manuel Lopes, para esclarecer que:

1. A liberdade de expressão é um princípio constitucionalmente consagrado;
2. Não lhe cabe, a não ser que os Snrs. Deputados usem de expressões injuriosas ou difamatórias, o cortar a palavra;
3. Todo e qualquer Sr. Deputado pode pronunciar-se sobre aquilo que bem entender, desde que adentro do respectivo ponto da ordem de trabalhos;
4. Tal é o que lhe parece que tem vindo a ser feito pelo Deputado Sr. Salustiano Faria;
5. O exercício do contraditório é, também, um princípio constitucional; e,
6. Esse papel limitativo não lhe cabe, nem nunca o exercerá, a não ser verificarem-se as situações antes mencionadas.

O Deputado Sr. João Amorim Dias para:

1. Congratular-se com as obras na Rua dos Seixos e Regueiro;
2. Questionar o Sr. Presidente da Junta de Valença e o Sr. Presidente da Câmara acerca de para quando a resolução do problema do Beco do Catefaraz;
3. Referir ter conhecimento que a Lei não permite às autarquias fazer melhorias em caminhos de servidão, mas questionava se não haveria possibilidade de contornar a Lei;
4. Sugerir uma negociação com os organismos que supervisionam os terrenos da “Quinta da Mota” e outros para que o acesso tivesse entrada e saída para a para Rua dos Seixos;
5. Indagar se nas obras de remodelação do Cemitério Municipal está prevista a mudança da Capela; e,
6. Relembrar que o problema das águas pluviais na Escola de Arão continua sem resolver.

O Deputado Dr. José Veríssimo para:

1. Manifestar a sua concordância com o Presidente da Câmara quando este referiu que o assunto TGV era demasiado sério para “folclore”;
2. Fazer um apelo à transparência, no sentido de que os interesses das populações afectadas sejam salvaguardados e o interesse nacional não se sobreponha a questões ambientais e sociais;
3. Alertar que, desde Julho de 2008, não se ouviu falar duma estação do comboio de alta velocidade em Valença, questionando se será esta a situação gravosa de que se fala;
4. Acrescentar que a Secretária de Estado dos Transportes só falou numa estação intermédia e será para Braga; e,
5. Perguntar se o Presidente da Câmara confirma que as obras só terão início após o ano 2013, conforme avançado pelo Governo Português.

O Deputado Sr. Manuel Temporão para:

1. Questionar o porquê dum novo projecto para a Casa Mortuária de S. Pedro da Torre e quais os

custos para a autarquia;

2. Indagar sobre o ponto de situação das obras na Estrada Nacional 13; e,
3. *Idem*, sobre o arranque das obras no Pavilhão Gimnodesportivo.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para:

1. Considerar que o Caminho da Urgeira, referido pelo Deputado Sr. João Amorim Dias, não é de servidão uma vez que têm saneamento, luz, água e casas;
2. Concordar que o problema ficaria sanado com a cedência de um pouco de terreno da área destinada à Escola Superior; e,
3. Dizer ao Deputado Sr. Manuel Lopes que o 25 de Abril já passou e nem ele nem ninguém o impedirão de debater as questões políticas.

O **Deputado Sr. Mário Cruz** para solicitar o seu uso.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para, negando-lho no imediato, esclarecer encontrar-se previsto no Regimento que, neste caso, o segundo tempo de intervenção do Deputado Sr. Salustiano Faria podia ser avocado, no todo ou em parte, pelo que se aquele assim o entendesse, enquanto Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, o Deputado Sr. Mário Cruz poderia, nesse momento, usar da palavra.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para dizer que, nessa qualidade, a concedia àquele Sr. Deputado.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Referir ter havido uma reunião com o Sindicato dos Funcionários das Autarquias onde as questões da avaliação e da progressão na carreira foram abordadas;
2. Salientar não haver razões para que se venha lançar uma campanha de que o Presidente da Câmara está a pôr em causa os funcionários;
3. Deixar claro que as horas extraordinárias atribuídas são as que realmente fazem falta;
4. Manifestar que quanto à autoridade do parecer da ANMP sobre esta matéria, vale o que vale e se o Sr. Deputado Armando Carvalho facultasse outro melhor, também seria tido em conta;
5. Transmitir que, quanto à questão das rendas das habitações sociais e independentemente das alterações ao Regulamento, as situações têm que ser analisadas caso a caso, exemplificando com uma família que estava em vias de despejo mas, tendo-se constatado a existência de menores, tal foi suspenso;
6. Dar notícia que uma paragem de autocarro, em Ganfei, já foi colocada, existindo solicitações de várias freguesias, pelo que está-se a trabalhar de forma a dar respostas;
7. Quanto à fuga de informação, garantir que a Câmara está a desempenhar a sua função com responsabilidade, pelo que tal assunto não merece mais comentários;
8. Anunciar estar prevista a colocação de semáforos no “Merendola” mas, neste momento, não se sabe o que vai acontecer devido à reestruturação do, agora, Instituto das Estradas;
9. *Idem*, com os passeios desde a Urgeira até às Escolas - terminadas as obras no Estaleiro Municipal uma equipa deslocar-se-à para execução desses trabalhos, assim como colocação de passadeiras e sinalização;
10. Informar registar as observações do Deputado Sr. João Amorim Dias, acrescentando que a Capela do Cemitério Municipal será deslocada;
11. Sublinhar estar a ser tratado o problema das águas pluviais na Escola de Arão;
12. Dizer, sobre o TGV, que numa reunião, no ano passado, com a Secretária de Estado, esta garantiu que uma estação viria para Valença;
13. Salientar, relativamente à questão da transparência com os utentes no que diz respeito ao TGV, que foi graças à Câmara ter colocado no PDM os canais, que as pessoas tiveram acesso, antes, às medidas preventivas;
14. *Idem*, que a efectuar-se esta ligação é quase impossível Valença não ter travessia do TGV - resta é escolher o melhor traçado;
15. Esclarecer que a obra da Estrada Nacional 13 está consignada e a informação mais recente é que está para breve; e,
16. *Idem* como as obras do pavilhão.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para, em acréscimo, dizer que numa sessão de apresentação pública, em Braga, com a Secretária de Estado, Dra. Paula Vitorino, esta ter afirmado que as duas estações viriam para Valença e o troço Braga/Valença, em princípio, estaria concluído em 2013, sendo duvidoso que nesse mesmo lapso temporal fosse feita a ligação Braga/Porto. Também que o Governo estava a estudar a ligação ao Aeroporto Sá Carneiro. Ainda, que há registos televisivos, a propósito. A mais, esclareceu, do ponto de vista jurídico, o conceito de “caminho de servidão”.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho**, para:

1. Afirmar que o Sr. Presidente da Câmara teve vontade em desvirtuar o sentido da sua intervenção relativa ao complemento dos motoristas;

2. Persistir em que não lhe havia respondido à questão do pagamento das bolsas de estudo; e,
3. Questionar acerca das obras a decorrer na recta de Vila Meã que fazem referência à EN 13 e já ouviu falar de uma adjudicação das estradas nacionais a uma outra entidade, pelo que pretende saber se tal se confirma.

O **Deputado Sr. João Amorim Dias** para:

1. Acrescentar que nunca praticou oposição; sempre considerou pertencer a um grupo de trabalho que visa contribuir para o bem-estar do concelho; e,
2. Manifestar a sua satisfação pelo facto da Capela do Cemitério vir a ser deslocada, assim como a possibilidade de resolução do problema do caminho do Catefaraz, na Urgeira.

O **Deputado Sr. Manuel Temporão** para:

1. Insistir no porquê de novo projecto para a Capela Mortuária em S. Pedro da Torre; e,
2. Alinhar sobre a necessidade das obras no Pavilhão Gimnodesportivo, considerando-o o cartão de visita das modalidades desportivas que se praticam em Valença.

O **Deputado Sr. Mário Cruz** para:

1. Informar que, relativamente ao caminho do Catefaraz, remeteu, em tempos, ofício ao Politécnico de Viana do Castelo a solicitar autorização para o alargamento;
2. Dar nota que foram enviados técnicos ao local e, após, foi recepcionado ofício a dar conhecimento que poderia ser alargado, desde que o muro fosse refeito em pedra; e,
3. Dizer ter solicitado ao, então, Sr. Presidente da Câmara a colaboração dos pedreiros, tendo sido negado com o argumento de se tratar de caminho de servidão.

O **Deputado Sr. Rui Marrucho**, também em sede de cedência de tempo pelo líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, para manifestar estranheza pelo facto da oposição se estar a preocupar com a Casa Mortuária de S. Pedro da Torre, assim como sobre o seu financiamento.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Mencionar que a questão do caminho de servidão, na Urgeira, não é caso único no concelho e a sua resolução não é assim tão linear, neles não se podendo gastar nem um cêntimo do dinheiro público;
2. Dizer, relativamente às bolsas de estudo, que não têm verificado a periodicidade do seu pagamento. No entanto, não existe qualquer problema em altera-la, desde que se respeite o no Regulamento;
3. Esclarecer que o projecto da Casa Mortuária de S. Pedro da Torre foi feito pela Câmara e a primeira solução apontava para uma localização que não era a melhor, pelo que se encontrou outra alternativa;
4. Transmitir que o que se passa com a EN13 é que, pelos vistos, este novo Instituto das Estradas, à “socapa”, deixou por concessionar cerca de 10.000 km de Estradas Nacionais. A confirmar-se, as Câmaras não devem aceitar estas estradas, estando a ANMP atenta a esta questão; e,
5. Manifestar satisfação pela reposição do piso lajeado na Ponte Românica de Friestas e a sua concordância com a classificação pelo IGESPAR.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para abordar questões relativas aos caminhos de servidão *versus* caminhos públicos e sobre a possibilidade de intervenção jurídica dos entes públicos.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para sustentar as dificuldades reais, no terreno, a propósito.

2º Ponto – Contracção de um Empréstimo de 798.000 euros - Anexo nº 2

Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para dizer que:

1. Tencionava abordar esta questão do ponto de vista meramente formal, no sentido do que aqui se contesta é que a Caixa Geral de Depósitos não cedeu a citada verba no prazo previsto na cláusula 7ª do contrato;
2. Em termos de transparência e para melhor entendimento, deveriam estar cientes de todas as cláusulas, concretamente da supra referida;
3. A taxa de 1,5% de spread lhe parece um roubo, ainda mais, tratando-se de um empréstimo público; e,
4. A CDU apresentou na Assembleia da República uma proposta de contenção de spreads para determinados casos, onde cabem os créditos para instituições públicas e autarquias, que foi reprovado com os votos do Partido Socialista.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para, de imediato, elucidar que:

1. Chegou-se a esta situação por exclusiva responsabilidade da Caixa Geral de Depósitos, que tinha um contrato com a Câmara em que o capital tinha uma carência de utilização de cinco anos;
2. Accionou-se essa cláusula, há sensivelmente dois anos, e a Caixa Geral de Depósitos veio dizer que não conseguia cumprir aquele spread, propondo à Câmara a prática de uma comissão de

gestão de conta;

3. Naturalmente a Câmara não aceitou, primeiro porque não está no contrato, segundo porque viola a lei da concorrência e porque acha disparatado até por se tratar de um banco público; e,
4. Accionou-se uma acção judicial contra a Caixa Geral de Depósitos.

Num universo de 33 votantes, verificaram-se: 0 votos contra, 1 abstenção (Sr. Armando Carvalho) e 32 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

3º Ponto – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal - Anexo nº 3

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para anunciar que as votações seriam processadas separadamente e para cada um dos potencialmente a agradecer – Inês Fernandes e João Carlos Viana Cunha Costa. Porque em causa estavam juízos de valor sobre pessoas informou que a mesma seria efectuada por escrutínio secreto, conforme preceituado no Regimento.

A Mesa suscitou que as votações relativas a este ponto da ordem de trabalhos decorressem, em simultâneo, com o ponto nº 5 da mesma - eleição dos Substitutos dos Representantes da Assembleia Municipal de Valença na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto-Minho, no que obteve inteira anuência da Assembleia.

Após, usaram da palavra:

O **Deputado Sr. João Amorim Dias**, para:

1. Dizer que os valencianos se deviam sentir orgulhosos de participar nesta votação;
2. Referir que os nossos jovens precisam de mais apoios nas diversas áreas para não enveredarem por caminhos errados; e,
3. Manifestar o seu reconhecimento à Câmara Municipal por esta iniciativa, esperando que outros que a mereçam não fiquem esquecidos.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para:

1. Acrescentar que lhe pareceu de todo justa esta distinção, em particular numa altura em que determinados valores se têm vindo a perder;
2. Alertar que vivemos numa zona fronteiriça muito exposta a problemas de âmbito social e estes exemplos devem ser acarinhados e premiados;
3. Considerar que estas homenagens se revestem de um valor simbólico importante, neste momento;
4. Expressar que premiar pessoas é sempre matéria muito delicada, susceptível de interpretações diversas, principalmente por aqueles que apesar de merecidamente deverem ser reconhecidos, injustamente, não o foram; e,
5. Afirmar defender que estas distinções não devem ser banalizadas, o que lhes retira toda a importância e, certamente, surgirão outras oportunidades para mais agraciados.

O **Deputado Sr. João Amorim Dias** para dar conhecimento do Curriculum de Inês Fernandes, uma vez que não constava da proposta:

“ Várias vezes Campeã Nacional; Vice-Campeã do Mundo, no Brasil, em lançamento de martelo e peso; Vice-Campeã da Europa em lançamento de disco, peso e martelo, em Manchester; e, Campeã Mundial no lançamento de pista coberta, no kali, Estónia, em 2008”.

4º Ponto - Isenção de I.M.T - Anexo nº 4

Usaram da palavra:

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, para referir tratar-se de rectificação a uma deliberação anteriormente aprovada e que diz respeito a mero lapso de escrita: 2095A *versus* 2095.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para questionar se, havendo um lapso, não seria útil, pelo menos do ponto de vista da transparência, saber a quem correspondem os artigos 2095 e 2095A.

O **Presidente da Câmara, Dr. José Luís Serra**, para dizer não saber, mas não se analisam as pessoas nem as empresas e esta situação teve a ver com o facto do requerente ter procedido mal ao registo na Conservatória.

Num universo de 33 votantes, verificaram-se: 0 votos contra, 2 abstenções (Sr. Armando Carvalho e Prof. Álvaro Queirós) e 31 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

5º Ponto - Eleição dos Substitutos dos Representantes da Assembleia Municipal de Valença na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto-Minho - Anexo nº 5

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, prestou esclarecimentos, com base nos Estatutos, do porquê desta eleição e deu nota dos elementos propostos para Substitutos (dos Representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho), em lista única, pelos Grupos Municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Debruçou-se, ainda, sob o modo e forma como, sendo o caso, se processariam essas substituições e referiu que poderiam ser apresentadas outras listas, apesar de, em seu entender, tal não fazer sentido - uma vez tratar-se da substituição de elementos de lista já eleita em idênticos termos.

Não se verificou a apresentação de qualquer outra lista.

O **Presidente da Mesa, Dr. José António Nogueira**, lembrou que se iriam processar, em

simultâneo, as três votações - com a ressalva de os Snrs. Deputados Alberto Vilas, Elisabete Viana e Dra. Maria do Carmo Duarte, atentos os laços familiares com João Carlos Viana Cunha Costa, terem manifestado intenção de não votarem o a este respeitante.

Seguiu-se o período de votação tendo-se apurado os seguintes resultados:

Ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos:

Atribuição de Medalha de Mérito Municipal a Inês Fernandes: num universo de 33 votantes verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 33 votos a favor. ***Aprovado por Unanimidade;***

Atribuição de Medalha de Mérito Municipal a João Carlos Viana Cunha Costa: num universo de 30 votantes verificaram-se 1 voto contra, 0 abstenções e 29 votos a favor. ***Aprovado por Maioria.***

Ponto nº 5 da Ordem de Trabalhos – Eleição dos Substitutos dos Representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto-Minho: num universo de 33 votantes, registaram-se 1 voto contra, 1 voto em branco e 31 votos a favor. ***Eleitos: D. Maria da Conceição da Cunha Pereira (P.S.); Sr. João Amorim Dias (P.S.D.); Dra. Maria do Carmo Costa Branco Duarte (P.S.); Arqº Carlos Vieira Marinho (P.S.D.); e, Sr. António Manuel Fernandes (P.S.).***

Seguiu-se a leitura, pela **Primeira Secretária da Mesa, Dra. Anabela Rodrigues**, da Acta em Minuta, que posta à votação, num universo de 32 votantes, registou: 0 votos contra, 0 abstenções e 32 votos a favor. ***Aprovada por Unanimidade.***

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo inscrições para o período de intervenção do público, o **Presidente da Mesa, Dr. José António Lopes Nogueira**, agradeceu a presença de todos e, pelas 13h.30, deu por encerrada a sessão.



Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José António Lopes Nogueira**, e pela **Técnica Superior de Relações Públicas, Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Técnica Superior de Relações Públicas,

(Dr. José António Nogueira)

(Cidália Paço)